

JANELAS FORMATIVAS: REFLEXÕES SOBRE A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE DISTÂNCIA SOCIAL

TRAINING WINDOWS: REFLECTIONS ON THE TEACHING RESIDENCE IN TIMES OF SOCIAL DISTANCING

Ruan Kaique Santos Costa ¹

Kelber Ruhena Abrão ²

Resumo: O artigo insere-se na linha de pesquisa tendo como ênfase a Residência Pedagógica. Aborda o tema: Janelas formativas: reflexões sobre a Residência Pedagógica em tempos de distância social, e tem por objetivo apresentar reflexões sobre a residência pedagógica em tempos de distância social. Numa linha crítica de investigação, para tanto, adota-se a abordagem qualitativa, em que a realização da pesquisa utiliza-se a análise bibliográfica e documental configurando-se como uma pesquisa bibliográfica, e básica quanto a sua natureza e finalidade. Ressalta-se que a presença da ideia de uma residência na formação docente denota, a preocupação em se promover uma espécie de formação prática para os futuros professores, possibilitando a eles vivenciar processos formativos diretamente vinculados aos contextos escolares reais em que atuam. Todavia, em decorrência da pandemia da covid-19 a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados; testes massivos e distanciamento social.

Palavras-chave: Formação de Professores. Residência Pedagógica. Distância Social

Abstract: The article is part of a line of research focusing on the Pedagogical Residency. It addresses the theme: Formative windows: reflections on the Pedagogical Residency in times of social distance, and aims to present reflections on the pedagogical residency in times of social distance. In a critical line of investigation, a qualitative approach is adopted, in which the research is carried out using bibliographic and documentary analysis, configuring it as a bibliographic research, and basic in terms of its nature and purpose. It should be noted that the idea of a residency in teacher training denotes a concern to promote a kind of practical training for future teachers, enabling them to experience training processes directly linked to the real school contexts in which they work. However, as a result of the covid-19 pandemic, the World Health Organization (WHO) recommends three basic actions: isolation and treatment of identified cases; mass testing and social distancing.

Keywords: Teacher Training. Pedagogical Residency. Social Distance

1 - Graduado em Educação Física (pela UFT); Pós-Graduado em Formação de Professores para Séries Iniciais (pelo AVAMEC). Atualmente Professor e treinador na Maple Bear Palmas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1695218769657154>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6330-2418>. Email: ruankscosta1@hotmail.com

2 - Graduado em Pedagogia, Letras (Português e Inglês), Educação Física e Biologia. Mestre em Educação Física e Doutor em Educação em Ciências e Saúde. Atualmente Professor Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente Permanente dos Programas de Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS) e Programa de Pós Graduação em Letras (PPGLetras). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372413745002335>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-6263>. Email: kelberabrao@mail.uft.edu.br

Introdução

A formação inicial docente oportuniza aos licenciandos uma prática formativa, acadêmica, educacional e profissional que os envolve nos contextos escolares. Nesse sentido, o referido artigo apresenta resultado parcial da análise realizada junto a estudos bibliográficos e documentos que propõem e orientam acerca das reflexões sobre a Residência Pedagógica em tempos de distância social.

O Programa da Residência Pedagógica proporciona o adentramento das universidades nas escolas e vice-versa, ao passo que viabiliza os licenciandos a terem (re) conhecimento do seu futuro espaço de exercício profissional, através da dialogicidade entre as vertentes teóricas e práticas.

O artigo tem como objetivo: Apresentar reflexões sobre a Residência Pedagógica em tempos de distância social. Objetivando especificamente: 1) Apresentar um breve histórico da Residência Pedagógica; 2). Discorrer acerca da Residência Pedagógica em tempos de distanciamento social.

Para nos auxiliar no cumprimento dos objetivos propostos temos como questão que norteia esta investigação: Quais as impossibilidades formativas por meio da Residência Pedagógica em tempos de distância social?

Para tanto, adota-se a abordagem qualitativa, em que a realização da pesquisa utiliza-se a análise bibliográfica e documental. A escolha do tema da pesquisa foi impulsionada a partir dos estudos e discussões acerca da temática no decorrer das aulas ministradas na graduação em Educação Física. Onde foi possível notar que a formação inicial possibilita meios para que os licenciandos em Educação Física adquiram, produzam e ampliem os saberes inerentes à docência. Primeiro degrau de iniciação ao magistério, envolto de significações acadêmico-profissionais que articulam os espaços universitários e escolares.

Ao que se refere a formação de professores, Silva e Cruz (2018), destacam que o cenário da política educacional no Brasil atualmente e, mas marcadamente, das políticas de formação de professores apresenta tensões e tem sido caracterizado por uma pulverização expressada na utilização de exposições de projeção de *slides* pelos titulares da pasta do Ministério de Educação.

Para Silva (2019), a questão da formação de professores é complexa e vem sendo objeto de discussão quanto à insuficiência do saber pedagógico ao domínio de saber específico, sendo assim, necessária a oferta de uma formação profissional que oportunize a melhoria da qualidade profissional.

Assim, a formação docente seja ela inicial ou continuada deve oportunizar um trabalho pedagógico que auxilie especialmente os professores de forma que sua formação contribua e acrescente permanentemente para a melhoria da qualidade das aulas e consequentemente da educação, tendo como finalidade a formação de sujeitos para uma sociedade mais justa e igualitária.

A formação de professores, a nosso ver, refere-se às ações que movimentam os conhecimentos impulsionados no processo formativo inicial. Trata-se não de um acúmulo ou uma sequência linear de saberes, mas da constituição de um conjunto de conhecimentos que, interligados à prática profissional, dialogam com a realidade concreta, a fim de melhor compreendê-la para nela interferir, mostrando as suas contradições, configurando o triplo movimento dialético, que tem a prática como ponto de partida, a teoria como fundamentadora e desveladora dos fenômenos e o retorno à prática, mas, com uma visão de mundo mais ampliada.

As universidades têm concebido esse processo de formação por meio de programas institucionais de iniciação à docência desenvolvidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes. A Residência Pedagógica é um deles, embora algumas instituições de ensino superior já o possuam em outros moldes, em 2018, foi lançado o primeiro edital de nível nacional.

Dos mesmos princípios da Residência Médica, o Residência Pedagógica se caracteriza

pela imersão dos graduandos na escola, possibilitando que estes coloquem em equiparidade teoria e prática. O programa, de maneira prévia, efetiva o conhecimento teórico em congruência com o prático, ou seja, articulando as concepções dos saberes do processo de formação com o exercício profissional, com a finalidade de promover um profissional capaz de lidar com as adversidades do ambiente escolar, tais como a precarização de recursos metodológicos ou as pluralidades dos alunos.

Para materializar a pesquisa de revisão bibliográfica, fundamenta-se em autores como: Barbosa e Dutra (2019); Silva e Cruz (2018); Faria (2018), ALMEIDA (2020); Pôrto Júnior; Santos e Silva (2020), dentre outros que discorrem sobre a temática, além de documentos oficiais como: Normativas e Leis.

Metodologia

A pesquisa utiliza-se de análise bibliográfica e documental. A escolha do tema da pesquisa foi impulsionada a partir das discussões acerca da temática no decorrer das aulas ministradas na graduação do curso de Educação Física. O espaço da universidade nos propiciou uma iniciação à docência universitária, envolvimento de significações acadêmico-profissionais que articulam os espaços universitários e escolares.

Quanto às técnicas de pesquisa adotadas, a escolha foi pela pesquisa documental e bibliográfica na epidemia da Covid-19 em que o país vivenciou o distanciamento social devido a pandemia. Utilizou-se critérios fundamentados na pesquisa qualitativa, conforme afirmam os autores sobre sua relevância,

A análise qualitativa de dados é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiana dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa. Segundo André (1983) ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto (ALVES e SILVA, 1992, p.1)

Quanto à importância da pesquisa documental, os autores afirmam:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto [...]. (FONSECA, 2002, p.32 Apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).

Dessa forma, ficou evidenciado através da vivência da Residência Pedagógica que não há barreiras quando expandimos o conhecimento, não o limitando no espaço da sala de aula. A experiência da Residência Pedagógica foi uma oportunidade para exercer o processo de ensino-aprendizagem tão importante para fortalecer o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Desenvolvimento, resultados e discussão

- JANELAS FORMATIVAS: BREVE HISTÓRICO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Barbosa e Dutra (2019), afirmam que o termo residência surgiu primeiramente na área da medicina, neste contexto, os médicos em processo de formação exerciam a residência médica. Momento esse em que os residentes de medicina podem colocar em prática seus ensinamentos e aprendizados acadêmicos. Inspirados nesse modelo de formação e, ao perceberem a importância de relacionar a teoria com a prática, buscou-se criar programas de formação no âmbito pedagógico que se assemelham à residência médica.

A luz da teoria de Silva e Cruz (2018), evidencia-se que a questão da residência na área da Educação não é uma discussão nova no Brasil, e tem nascido também sob diferentes nomenclaturas. A primeira discussão surgiu em 2007 com uma proposta do Senador Marco Maciel (DEM/PE) em que admitiu ter-se inspirado na residência médica, apontando-a como um avanço na formação dessa categoria.

No Projeto de Lei do Senado nº 227/07, a residência educacional teria carga horária mínima de 800 horas e, dois anos após haver sido implementada, passaria a se exigir certificado de aprovação para professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Nessa perspectiva a inclusão houve uma proposta de alteração ao artigo 65 da LDBEN/96, no qual acrescentava parágrafo único, que versa:

Aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a residência educacional, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei. (PLS 227/07).

Conforme Silva e Cruz (2018), tal projeto só foi analisado em audiência pública no dia 15/04/2009, pela Comissão de Educação do Senado (CE) e representantes do Conselho Nacional da Educação (CNE), da CNTE e do Ministério da Educação (MEC), porém, não prosseguindo na pauta do Congresso Nacional.

Apesar de elogiar a iniciativa os representantes acima citados, ponderaram, na ocasião, que a implementação do PLS 227/07, dependeria de uma fonte de financiamento para custear bolsas de estudo aos professores residentes e da negociação de uma política nacional de formação entre os entes federados - União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Silva e Cruz, 2018, p. 4).

Assim, para Faria (2018), a presença da ideia de uma residência na formação docente denota, a preocupação em se promover uma espécie de formação prática para os futuros professores, possibilitando a eles vivenciar processos formativos diretamente vinculados aos contextos escolares reais em que atuam.

Silva e Cruz (2018), relatam que no ano 2012, um projeto do senador Blairo Maggi (PR-MT) adapta o PLS 227 proposto por Marco Maciel (DEM-PE) em 2007 elenca novos elementos a proposta. A reformulação de Maggi, Projeto de Lei (PLS) nº 284/12, trouxe a denominação de *Residência Pedagógica*, que seria uma etapa ulterior de formação inicial para a docência na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, na forma da 'residência', remunerada por meio de bolsas de estudos e com carga horária mínima de 800 horas.

Silva e Cruz (2018), apontam que mais adiante, em 2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou o projeto de lei 6/2014, PLS 6/2014 do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que propunha a alteração da LDB, propondo a Residência Docente. O projeto do senador Ricardo Ferraço determinava que a formação docente para a educação básica incluiria a residência como uma etapa extra à formação inicial, de 1.600 horas, divididas em dois períodos com duração mínima de 800 horas.

Na Emenda nº 1, de 13 de maio de 2014, a Comissão de Educação do Senado propôs a alteração da redação do parágrafo único do art. 65 da LDBEN/96, na seguinte conformidade:

Parágrafo único. Aos professores habilitados para a docência na educação básica será oferecida a residência

pedagógica, etapa ulterior de formação inicial, com o mínimo de mil e seiscentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei (PLS 6/2014).

Silva e Cruz (2018), contam que essa alteração provocou controvérsias entre associações, entidades e especialistas da educação, pois era um tema ainda em debate que carecia de aprofundamento e não poderia ser apontado como solução para a formação de professores e para os problemas da educação básica. A falta de clareza no projeto de lei foi apontada como pontos desfavoráveis à implementação.

- RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Almeida (2020), descreve que diferente de outros de mesmo cunho como, por exemplo, o PIBID (Programa de Iniciação à Docência) que insere o licenciando no contexto escolar, a Residência proporciona a imersão do licenciando nas realidades escolares, os quais não apenas ministram aulas, mas também planejam, desenvolvem projetos nesses espaços, bem como participam de suas rotinas, como as reuniões de pais, planejamento, eventos escolares, conselhos de classe e demais atividades internas e externas ao espaço da sala de aula.

Mas o ano de 2020 foi atípico, Pôrto Júnior; Santos e Silva (2020), relatam que em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, conforme caracterização da OMS, a doença causada pelo novo Coronavírus, evoluiu a disseminação comunitária da COVID- 19 em todos os Continentes, passando a ser caracterizada como pandemia. Em 13 de maio de 2020, mais de 4,2 milhões de pessoas já haviam sido infectadas no mundo, aproximadamente 300 mil mortes (OMS, 2020). Para contê-la, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados; testes massivos e distanciamento social.

Pôrto Júnior; Santos e Silva (2020), destacam ainda que no Brasil, em 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) editou a Portaria nº 188/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de fevereiro, na qual “Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCov)” (BRASIL, 2020). Conforme dados oficiais do MS (BRASIL, 2020), os primeiros casos foram confirmados no final de fevereiro. Após 45 dias já se contabilizava, aproximadamente, 15.000 mortos e 200 mil infectados.

Diante de tal situação, Rosenau et al. (2020), afiança que a partir da problema se a Educação a Distância (EaD) seria a resposta para uma época de pandemia, sintetiza-se que não é possível denominar de EaD as práticas pedagógicas emergenciais para uma época de pandemia. Justifica-se que nenhuma das denominações de práticas de educação on-line anteriores pode nomear a situação educacional atual, por ser algo imprevisto não existe ainda uma metodologia de ensino que foi planejada previamente para tal.

Segundo Almeida (2020), é a Residência Pedagógica que proporciona a imersão dos licenciandos nas realidades escolares, pois, o Programa articula ensino e pesquisa dentro e fora das universidades, por meio de diversos tipos de linguagens e metodologias, por meio de recursos tecnológicos que podem ser utilizados de maneira pedagógica intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem.

Almeida (2020), relata que que o Programa estabeleceu um elo entre o ensino básico e superior, a formação e a profissionalização, o acadêmico e a escola, na medida em que os residentes, participantes do programa e cursantes de licenciaturas, passam por toda uma laboração de orientação que se inicia na universidade e se estende à escola, uma vez, que em tempos de distanciamento social, em decorrência da pandemia da covid-19, em que as escolas paralisaram as aulas, ficou inviável a realização da Residência Pedagógica, uma vez que todas as escolas estavam sem atendimento presencial para estudantes.

Pôrto Júnior; Santos e Silva (2020, p. 9), relatam que concordam que.

No período de pandemia, a formação continuada à distância surge como alternativa viável para a não interrupção dos estudos pelos profissionais e estudantes, desde que fossem garantidas condições e instrumentos tecnológicos à totalidade que possibilitassem a aquisição de competências necessárias para a atuação desses em prol da capacitação profissional, bem como, do exercício da prática docente junto aos estudantes.

A formação continuada à distância é, possivelmente, a única alternativa para esse período de pandemia do novo Coronavírus. Entretanto, acreditamos que as instituições públicas podem melhor contribuir com o debate, definição, planejamento, implementação e avaliação de políticas de formação continuada (PÔRTO JÚNIOR; SANTOS E SILVA, 2020).

Conclusão

O propósito deste artigo foi apresentar reflexões sobre a Residência Pedagógica em tempos de distância social, buscando entender quais as impossibilidades formativas por meio da Residência Pedagógica em tempos de distância social.

Ao que se refere ao histórico da Residência Pedagógica, ficou evidenciado com base nas pesquisas realizadas que o termo residência surgiu primeiramente na área da medicina, e que a questão da residência na área da Educação não é uma discussão nova no Brasil, e tem nascido também sob diferentes nomenclaturas. Ficou demonstrado também que as alterações em Projeto de Lei do Senado provocaram controvérsias entre associações, entidades e especialistas da educação, pois era um tema ainda em debate que carecia de aprofundamento e não poderia ser apontado como solução para a formação de professores e para os problemas da educação básica.

Quanto a Residência Pedagógica em tempos de distanciamento social, é possível afirmar que ano de 2020 foi atípico, pois, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e no Brasil, em 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS) editou a Portaria nº 188/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 4 de fevereiro, na qual “Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Para conter tal situação, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados; testes massivos e distanciamento social. Motivos pelos quais as escolas paralisaram as atividades presenciais, na sua grade maioria atendendo na modalidade remota, tornando assim, inviável a Residência pedagógica no processo de formação dos graduandos, uma vez que todas as escolas estavam sem atendimento presencial para estudantes.

Referências

ALMEIDA, M. de. **Residência pedagógica (manuscrito)**: as percepções docentes dos licenciados em História a partir da música. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores). Universidade Federal de Paraíba -2020. 325 p.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: uma proposta. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdhBCMkdbYvJYj/?lang=pt>. Acesso em 20/02/2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 227**, de 2007 sobre a “residência educacional a professores da educação básica”, de autoria do Senador Marco Marciel. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80855>>. Acesso em: 05 de jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 8ª ed. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 06**, de 2014 que dispõe sobre a “residência pedagógica do Senador Ricardo Ferraço que altera a Lei 9394/96. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. (06 de fevereiro de 2020). **Lei nº 13.979**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de COVID- 2019”. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>.>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BARBOSA. D.; DUTRA, N. Residência Pedagógica na formação de professores: Uma história de avanços e resistências. **Revista Gespevida**, número 12. Volume 5. 2019-2. ISBN: 2447-3545. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>>. Acesso em: 05 jan.2020.

FARIA, J. B. **O naufrágio, o baile e a narrativa de uma pesquisa [manuscrito]**: experiências de formação de sujeitos em imersão docente. Belo Horizonte, 2018. (Tese Doutorado em EDUCAÇÃO) Universidade Federal de Minas Gerais, 385 f. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 05 de jan de 2020.

FONSECA, Cleomar Campos da. **A Formação em Serviço Social**: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. Revista Temporalis, Espírito Santos, v. 16, nº 32, 22p, jul/dez, 2016.

PÔRTO JÚNIOR, F.G.R.; SANTOS, L. V. dos.; SILVA. M.G.P. A pandemia da covid-19: Os impactos e tendências nos processos de ensino, aprendizagem e formação continuada de professores. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 2, p. 1-22, abr-jun. 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n2pa8pt>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9454>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ROSENAU, L. S.; DYCK, M.C.; PEGORINI, D. G.; URBANETZ, S. T. Seria a educação a distância a resposta para uma época de pandemia? **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 3 (Especial 1), p. 1-21, maio2020. DOI:<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n3a15pt>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9479/17535>>. Acesso em: 28 dez.2020.

SILVA, K.A.C.P.; CRUZ, S. P. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências Momento: **Revista diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago, 2018. Material impresso 20 p. 227-247.

SILVA. M. G. P. **Formação continuada de professores no município de Lajeado do Tocantins (2010-2018)**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins. 94 f.

Recebido em 25 de outubro de 2024.
Aceito em 03 de maio de 2025.